PLANO DE ENSINO - DEP DIRGV

NOME DA DISCIPLINA	CÓDIGO
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	DPR052GV

EMENTA

História, denominação, definição, caracterização, autonomia, natureza jurídica e relação com outros ramos jurídicos. Fontes, princípios. Fontes, princípios, interpretação e aplicação do Direito Coletivo do Trabalho. Sujeitos do Direito Coletivo. Negociação coletiva: caracterização, dinâmica, efeitos, figuras específicas. Instrumentos de representação e participação obreira na empresa. A greve. A arbitragem. Solução jurisdicional de conflitos coletivos: dissídio coletivo.Conceito de Ciência Política e Política. Poder Estatal e Poder Político. Desenvolvimento da concepção do Estado ao longo da História. Tipos de Estado. Teoria do Estado. Fenômenos jurídicos e contextos políticos respectivos.

PROGRAMA

1. Formação e Evolução Histórica do Direito do Trabalho

1.1 Evolução Histórica no Mundo;

1.1.1 Antecedentes Históricos e Problemas Contemporâneos;

1.2 Evolução Histórica no Brasil;

1.2.1 Legislações esparsas;

1.2.2 Consolidação das Leis do Trabalho;

1.2.3 Constituição Federal de 1988.

2. Direito Coletivo do Trabalho – Aspectos Gerais

2.1. Denominação;

2.2. Funções;

2.3 Modalidades e soluções de conflitos coletivos;

2.4 Relação com outras ciências e com outros ramos do direito.

3. Princípios do Direito Coletivo do Trabalho

3.1 Classificação;

3.2 Funções.

4. Associações de Trabalhadores

4.1 Sistema Sindical Brasileiro;

4.1.1 Sindicatos;

4.1.2 Federações;

4.1.3 Confederações;

4.2 Sindicatos;

4.2.1 Definição;

4.2.2 Unicidade e liberdade;

4.2.3 Critérios de agregação;

4.2.4 Categorias;

4.2.5 Prerrogativas;
4.2.6 Garantias sindicais;
4.2.7 Exercício de direitos e deveres;
4.3 Demais Associações;
4.3.1 As Centrais Sindicais;
4.3.2 Associações Profissionais;
4.4 Estrutura sindical;
4.4.1 Criação;
4.4.2 Funcionamento;
4.4.3 Fontes de receita;
4.4.4 Conflitos e competência;
4.5 Negociação Coletiva;
4.5.1 Importância;
4.5.2 Convenção Coletiva e Acordo Coletivo;
4.5.3 Definição;
4.5.4 Distinções;
4.5.5 Caracterização;
4.5.6 Autonomia e limites;
4.6 Atuação Extrajudicial;
4.6.1 Participação do Empregado na Empresa e Co-gestão;
4.6.2 Atuação conjunta com o MTE e MPT;
4.6.3 Novas formas de suporte aos trabalhadores.

5. Direito de Resistência e Greve

5.1 Definição;
5.2 Natureza Jurídica;
5.3 Desenvolvimento histórico;
5.4 Regulamentação;
5.5 Atividades privada;
5.6 Serviço Público;

6. Mediação e arbitragem

6.1 Arbitragem;
6.1.1 Caracterização;
6.1.2 Tipos de Arbitragem;
6.1.3 Arbitragem no Direito Individual e Coletivo do Trabalho;
6.2 Mediação;
6.2.1 Caracterização;
6.2.2 Conciliação.

7. Atuação Judicial

7.1 Legitimação;

7.2 Substituição processual e substituição da parte;
7.3 Ação Civil Pública;
7.3.1 Propositura da Ação;
7.3.2 Execução.

8. Dissídio Coletivo

8.1 Dissídio Coletivo de Greve;
8.2 Dissídio Coletivo Econômico;
8.3 Dissídio Coletivo de Interpretação;
8.4 Poder normativo da Justiça do Trabalho.

9. Comissões de Conciliação Prévia

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DELGADO Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr.
VIANA, Márcio Túlio. Direito de Resistência. São Paulo: LTr.
SILVA, Antônio Álvares da. Co-gestão no estabelecimento e na empresa. São Paulo: LTr, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORBA, Joselita Nepomuceno. Legitmidade concorrente na defesa dos direitos e interesses coletivos e difusos.São Paulo: LTr, 2013.
LUXEMBURGO, Rosa. Greve de massas, partido e sindicatos. São Paulo: Kairos, 1979.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Compendio de Direito Sindical. São Paulo: LTr, 2009.
SANTOS, Ronaldo Lima dos. Teoria das normas coletivas. São Paulo: LTr.
SILVA, Antônio Álvares da. Pluralismo sindical na nova constituição: perspectivas atuais do sindicalismo brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 1990.

0 Às coordenações respectivas:

Aprovado em reunião de Departamento

em: //

Chefe de Departamento